



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

MILENA BARRETO DE LIMA

**A MEMÓRIA SOCIAL E A RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA NA PANDEMIA:
DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO**

**JOÃO PESSOA
2020**

MILENA BARRETO DE LIMA

**A MEMÓRIA SOCIAL E A RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA NA PANDEMIA:
DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduado em Arquivologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliete Correia dos Santos

**JOÃO PESSOA
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732m Lima, Milena Barreto de.

A memória social e a responsabilidade do arquivista na pandemia [manuscrito] : da gripe espanhola a covid-19 no contexto brasileiro / Milena Barreto de Lima. - 2020.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Eliete Correia dos Santos , Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."

1. Arquivista. 2. Pandemia no Brasil. 3. covid-19. 4. Gripe Espanhola . 5. Memória social. I. Título

21. ed. CDD 027

MILENA BARRETO DE LIMA

**A MEMÓRIA SOCIAL E A RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA NA PANDEMIA:
DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Arquivologia.

Área de concentração: Arquivologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

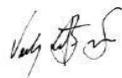
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Eliete Correia (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Rosilene Agapito da Silva Llerena
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família e meu companheiro de vida, pela dedicação, companheirismo, amor e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Todo o conhecimento é produzido de forma coletiva. É fácil mensurar todo o apoio que se recebe ao longo de quatro anos de graduação. Na vida, conhecemos pessoas que nos agregam bons valores ou trazem experiências dolorosas que trabalhamos ao longo da vida para superar. A memória pode ser lancinante as vezes. Mas também pode ser doce. A lembrança sobre o amor.

O amor não é composto por quatro letras. Ele se manifesta da maneira mais simples. Em um cheiro na testa recebido ao acordar. Uma carta escrita à mão. Um jantar surpresa para comemorar uma conquista sua. Um envio de mensagem de algo que lembra você. A manifestação sincera da saudade. A ajuda sem pensar em retorno.

Pessoas importantíssimas e que tenho um carinho enorme, me fizeram o que sou hoje. Com todos os erros que já cometi na vida, demonstro através das palavras e desse gesto singelo de agradecimento, toda a minha gratidão a vocês.

A minha família, em especial minha mãe Marilene e meu tio Jesualdo, por todo apoio e ajuda durante esses anos de graduação. Todo meu amor, carinho e gratidão.

A minha vó Helena (*in memoriam*) a minha eterna gratidão por tudo. Principalmente por ensinar a importância da educação. Dedico.

A dona Creusa e Leonilda (*in memoriam*) e a Leonir, por todo o carinho, apoio e risadas. Meu muito obrigada.

A Fred, meu amor, meu companheiro de vida, que me ajudou nesse processo da pesquisa e nas aulas da universidade, me dando forças para continuar, com muita paciência em todos os momentos em que me sentia exausta mentalmente. Pelo apoio, carinho e companheirismo, meu muito obrigada.

A minha sogra, Ana Paula, por todo carinho e compreensão. Obrigada.

A meu amigo Carnot. Pela paciência e ajuda nos meus estudos e na minha vida. Obrigada.

A minha orientadora Eliete que sugeriu esse tema importantíssimo e atual e me ajudou muito no decorrer de todo o desenvolvimento do trabalho e não me deixou desistir. Obrigada.

Aos professores Vancarde e Rosilene, participantes da banca, pelas sugestões pertinentes ao meu estudo. Agradeço.

Aos professores que tive ao longo dos quatro anos na graduação, obrigada por todo conhecimento compartilhado.

A todos meus colegas de graduação, próximos ou não, agradeço pelo conhecimento dividido, pelas experiências e amparo nesses anos. Meu muito obrigada.

As amigadas queridas que cultuei ao longo da vida pessoal e na academia, Emmanuelle, Camila, Shirley, Aline Vieira, André (Panda), Lucimarcus (Caverna), Diógenes, Tayná, Fred Bell Maia, Dona Cacilda, Aline Matilde, Derlan, Francineide, Ana Maria, Felipe (*in memoriam*), Thiago, Rhanon, Igor e tantos outros, meu agradecimento pelo carinho e amizade.

A todos, muito obrigada!!

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. **Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens** (GOFF, 1924, p. 411, grifo nosso).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A MEMÓRIA SOCIAL SOBRE AS PANDEMIAS DO BRASIL: DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19.....	8
2.1	RESGATE À MEMÓRIA DE UM PASSADO RECENTE: A PANDEMIA DE 2009 E O BRASIL NO TRATAMENTO DO H1N1.....	10
2.2	CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO TEMPO PRESENTE: COVID - 19 E O NEGACIONISMO BRASILEIRO	11
3	A MEMÓRIA SOCIAL PARA TEMPOS FUTUROS: UMA VISÃO ARQUIVÍSTICA.....	18
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	21

A MEMÓRIA SOCIAL E A RESPONSABILIDADE DO ARQUIVISTA NA PANDEMIA: DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19 NO CONTEXTO BRASILEIRO

Milena Barrêto de Lima

RESUMO: A construção da memória ocorre por ações. E o documento solidifica essas ações em prova, registrados em variados suportes, sendo necessário resguardá-los através das técnicas e teorias arquivísticas com o propósito de prover o acesso à informação. O objetivo deste trabalho é explanar a importância do arquivista na difusão e construção da memória social no cenário de pandemia. Devido ao momento histórico vivenciado, a pandemia da covid-19, fez-se imprescindível que a pesquisa corroborasse a responsabilidade do arquivista com a memória social e a crise sanitária, que é a pandemia da Covid-19, destacando a relevância do profissional para a memória futura do povo e o impacto da memória com a cultura anti-ciência. Para entender essas relações entre a pandemia, a memória social e o arquivista, a pesquisa foi realizada de forma a ressaltar o papel relevante do arquivista e a conduta usada pelo profissional para superar a desinformação na era informacional. A pertinente avaliação dos fatos acarretou inquietações essenciais para a mudança que precisa ser feita. Para isto, a pesquisa foi realizada de forma bibliográfica através das principais base de dados, a exemplo da SCIELO, IBICT, portal periódicos CAPES, Brapci e BDTD, de natureza básica, abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, onde todo o estudo foi desenvolvido para ressaltar o arquivista como o protagonista dos processos que perpassam as documentações, mostrando sua relação natural com a memória e o acesso à informação.

Palavras-chave: Arquivista. Memória Social. Pandemia no Brasil. Covid-19. Gripe Espanhola.

ABSTRACT: The construction of memory occurs through actions. And the document solidifies these, actions in evidence, registered in various supports, being necessary to safeguard them through archival techniques and theories in order to provide access to information. The objective of this work is to explain the importance of the archivist in the diffusion and construction of social memory in the pandemic scenario. Due to the historical moment experienced, which is the covid-19 pandemic, it was essential that the research corroborated the relationship between the archivist and social memory and the health crisis, which is the pandemic of the covid-19, highlighting the relevance of the professional for the future memory of the people and the impact of memory with the anti-science culture. To understand these relationships between the pandemic, social memory and the archivist, the research was carried out in order to highlight the relevant role of the archivist and the conduct used by the professional to overcome misinformation in the information age. The pertinent assessment of the facts brought about essential concerns for the change that needs to be made. For this, the research was carried out in a bibliographic way through the main databases, such as SCIELO, IBICT, CAPES, Brapci, and BDTD journals, of a basic nature, qualitative approach and exploratory and descriptive character, where the whole study was carried out. Developed to highlight the archivist as the protagonist of the processes that go through the documentation, showing his natural relationship with memory and access to information.

Keywords: Archivist. Social Memory. Pandemic in Brazil. Covid-19. Spanish flu.

1 INTRODUÇÃO

A consolidação da Arquivologia no Brasil acontece como resultado de uma luta contínua entre os profissionais da informação no país. Enquanto as liberdades eram cerceadas na década de 1970, durante a ditadura militar, os arquivistas travaram uma luta pela regulamentação do trabalho, alcançando o objetivo (ORRICO; SILVA, 2014). No entanto, ainda hoje precisamos nos reafirmar frente ao Estado e sociedade como profissionais dotados de capacidade e intelectualidade no processo de garantia ao acesso à informação e preservação de acervos.

A alegação feita durante anos era que existia uma habilidade natural para as práticas acerca da organização documental, de forma a desqualificar o teor científico do trabalho (SANTOS, P., 2012). O que, segundo o autor, mudou a partir de 1990 com o aumento das universidades e trabalhos acadêmicos na área da Ciência da Informação. Sabedor da luta do Arquivista para a garantia do espaço de atuação e do relevante papel na construção da cidadania como mediador da informação, que com o intuito de compreender o resultado das pandemias na memória social da população, que a pesquisa fora realizada demonstrando os impactos da pandemia da gripe espanhola que atingiu o Brasil na segunda década do século XX e da atual crise da pandemia de Covid-19 que atinge o país em 2020.

Resguardar a memória é fundamental para evitar negacionismos históricos. Com os relatos da sociedade que vivenciou um período da história, construímos a memória social. A memória social não possui uma forma única de definição, pois envolve os posicionamentos políticos, posições teóricas, entre outras. (GONDAR, 2005).

Foi entendendo a responsabilidade do profissional da informação na preservação da memória social e a difusão da informação nos momentos de crise sanitária, que se faz entender a relação do arquivista com as instituições de memória e, para isto, se fez necessário um estudo a fim de aplicar as pesquisas científicas em prol do conhecimento na área. De acordo com Orrico e Silva (2015), a instituição tem uma função social com relação aos documentos arquivísticos que vai além do valor de prova, pois a sua guarda significa a transmissão da informação até a difusão do conteúdo, no qual o instrumento de pesquisa é um facilitador e mediador desse processo, o que acarreta um impacto na formação da memória na visão social.

No que concerne à relação arquivista e memória social, conseqüentemente, resulta em uma solução positiva para todos, pois demonstra as garantias que se possui ao ser estabelecido nas instituições de memória um arquivista, que irá resguardar dentro das normas e técnicas arquivísticas, a memória de toda uma sociedade. Por se tratar de um tema que vem do contexto de pandemia, é de suma importância difundir o conhecimento do arquivista e a relação direta que possui com a memória social, com o intuito de demonstrar a participação desse profissional na estrutura organizacional, na sociedade e na preservação da história. Nesse contexto, como o profissional pode garantir a aplicação dos seus conhecimentos em prol da memória social dentro da instituição no momento que o país vivencia uma pandemia? O estudo tem o propósito de explicar a importância do arquivista na difusão e construção da memória social no cenário de pandemia.

O ato responsável do arquivista (Santos, 2013) é fundamental para o entendimento das competências deste profissional que precisa ter conhecimento amplo e interdisciplinar. Segundo Jardim (1998), a autonomia da arquivologia é devido a interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa, harmonizado com a Ciência da Informação.

Para obter os resultados, a pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, considerando as necessidades do contexto atual em que foi escrito, mas que atendesse aos objetivos, delimitando os caminhos a serem seguidos no intuito de gerar uma investigação que agregasse valores, ideias e representações. (SERAPIONE, 2000). As etapas dessa pesquisa compreendem quanto a abordagem: qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e natureza básica. Por meio do estudo bibliográfico, onde foi possível o contato com os principais materiais sobre o tema, sendo realizado o levantamento através das bases de dados, a exemplo da SCIELO, IBICT, portal periódicos CAPES, Brapci e BDTD. Utilizando na busca palavras-chave “memória social”, “pandemia no Brasil”, “pandemia e memória”, “arquivista e memória social”.

A estrutura do artigo visou elucidar em quatro partes as problemáticas identificadas e abordadas no texto, sendo dividido em primeira seção a introdução, a segunda seção sobre memória social e as pandemias do Brasil, da gripe espanhola a covid-19, com duas sub-seções, uma sobre a pandemia do h1n1 e a outra sobre a covid-19, e a terceira seção sobre a relação do arquivista com a memória social e a última seção com as considerações finais.

2 A MEMÓRIA SOCIAL SOBRE AS PANDEMIAS DO BRASIL: DA GRIPE ESPANHOLA A COVID-19

No início da segunda década do século XX, a mídia brasileira expressava em seus canais os acontecimentos a respeito da Primeira Guerra Mundial. Em 1918, ano em que chegou ao fim a primeira guerra, os noticiários transmitiam sobre um vírus que se alastrava na Europa e devastou parte de sua população. Após quatro anos de guerra, o mundo começava vivenciar algo que abalaria mais ainda a sociedade, a gripe espanhola. A gripe denominada de espanhola, segundo Silva (2017), o mundo estava sofrendo diante da gripe e os países envolvidos na guerra não aceitavam que seus exércitos estivessem sendo mortos pela doença, o que fez com que atribuíssem o vírus a um país neutro na guerra, podendo ser esse um dos motivos. A Espanha estava neutra na Guerra e reconhecia a gravidade da doença e passava informações da praga aos outros países. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). Era também inicialmente conhecida como gripe dos três dias na primeira onda da doença.

A carência de conhecimento em boa parte do mundo fez com que a moléstia não fosse considerada com seriedade. Em abril de 1918, os franceses viram seus soldados que lutaram na guerra, agora atingidos pela gripe espanhola. Espalhando-se por diversos países, entre eles os do continente asiático (China e Japão), onde a gripe era também conhecida como a gripe dos combatentes, em referência aos combatentes de guerra. (SILVA, 2017). No Brasil, a gripe espanhola teve seus primeiros casos no segundo semestre de 1918, mais precisamente em setembro, ao chegar nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, o navio inglês Demerara vindo de Lisboa, com doentes, espalhando a praga rapidamente pelo país. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). Jayme Silvado, inspetor sanitário do porto do Rio de

Janeiro, foi apontado como culpado de ter facilitado a entrada do vírus ao permitir o desembarque do navio Demerara. (GOULART, 2005).

Com a gripe atingindo a América do Sul, o Brasil demonstrava a fragilidade da saúde do país no início do século XX. Os assuntos relacionados à gripe não ganharam notoriedade de início pela população. A espanhola só começou a ter maior destaque na mídia após os tripulantes que estavam a bordo do navio *la plata*, a caminho de Dakar para a Missão Médica Brasileira, começarem a morrer um a um, vítima do vírus. (GOULART, 2005). A doença desnudou os problemas sociais que afligiam o território brasileiro, pois o vírus não fazia escolha de classes, sendo transmitido a todas classes sociais, o que ficou evidente que as pessoas mais afetadas foram as de classe baixa por conta da condição financeira e de vida que possuíam (SILVA, 2017).

Ao atingir o Brasil e rapidamente se espalhar, a gripe causou nas principais cidades afetadas, um transtorno com a carência de comida e remédios e a dificuldade dos mais enfermos de serem socorridos pelos hospitais. (GOULART, 2005). Houve nesse período um superfaturamento dos medicamentos e comidas no país, aumentando ainda mais os problemas sociais da população. O fato de postergarem para instaurar medidas de prevenção para evitar a propagação do vírus pandêmico, aumentava a sensação de temor nos moradores das cidades atingidas pela pandemia. “Nem a população, nem os serviços sanitários foram capazes de lidar com a violência imposta pela espanhola.” (GOULART, 2005, p. 109).

Insuficientes foram as verbas públicas destinadas ao tratamento da gripe, o que fez com que os enfermos fossem tratados por sistemas privados. Um dos problemas que dificultava o debate acerca da gripe, era, segundo Goulart (2005), a liberdade civil e as medidas profiláticas para combater a gripe espanhola. Os órgãos públicos definiram como uma das formas eficazes de combater a gripe o isolamento social, máscaras e higienização pessoal e do ambiente. Os lugares mais vulneráveis sofreram mais com a pandemia devido à falta de estrutura que tinham. A população começou a se automedicar pois o governo não atuou de forma eficaz a obter soluções na luta contra a espanhola. Os médicos envolvidos no tratamento focaram na definição dos sintomas para que pudessem assim realizar o combate de forma eficaz com uma medicação mais adequada para o tratamento da doença.

O Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, clamava por Carlos Chagas no combate à pandemia, sendo o pedido inflado pela imprensa local. Ele e mais outros higienistas atingiram prestígio social e político no país. Isso fez com que o movimento que os médicos higienistas participavam fosse fortalecido no decorrer da República velha, o chamado Liga pró-Saneamento do Brasil. (GOULART, 2005).

A gripe é considerada a doença que mais causou mortes. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). Uma doença do trato respiratório e um potencial de transmissão muito grande, sendo transmitida com contato direto via secreções. Diversas espécies (animais e humanos) são afetadas pelo vírus, o que pode provocar uma pandemia. Costa e Merchan-Hamann (2016) afirmam que a gripe

É uma doença aguda do sistema respiratório, causada pelo vírus Influenza, tendo alta capacidade de transmissão e distribuição global. A transmissão do vírus Influenza entre humanos ocorre pela via respiratória por meio de secreções como aerossóis, gotículas ou por contato direto da mucosa. O vírus Influenza, de característica zoonótica, afeta muitas espécies de aves e mamíferos. Algumas vezes a transmissão ultrapassa as barreiras entre as diferentes espécies e pode criar um cenário promissor para geração de uma cepa com potencial pandêmico. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016, p. 11).

Um dos problemas que afetaram os registros da gripe espanhola foram as subnotificações. A pandemia sofreu com registros insuficientes da doença. Primeiro a forma como foi resolvida, sem o olhar relevante das autoridades para o perigo iminente e depois os escassos recursos usados para lidar diretamente com uma gripe mortal. No mundo a pandemia deixou um rastro de cerca de 50 milhões de óbitos decorrentes do agravamento da praga, como era popularmente conhecida, matando mais que em quatro anos da Primeira Guerra Mundial. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). No Brasil, essa quantidade foi de 35 mil mortes em média, segundo os registros oficiais, no qual a doença também vitimou o então Presidente da época Rodrigues Alves. Desde a colonização do país que as doenças vêm reduzindo sua população nativa, mais suscetíveis a gripes.

O ambiente em que vivia a população mais vulnerável era vetor de doenças infecciosas, a exemplo da malária e febre amarela, com as ruas mal drenadas e uma vegetação propícia ao surgimento de insetos causador de determinadas doenças. A ausência de cuidado dos governos com as áreas periféricas era similar nas cidades atingidas pelo vírus. A exemplo de Salvador, a distribuição de água era insuficiente, precisando os moradores recorrerem a fontes, sendo a água fundamental para manter a higienização. A situação precária que o Brasil vivenciava em suas cidades, fez com que a gripe somada a ausência de conhecimento da população e notícias falsas difundidas, dificultassem o processo de tratamento da espanhola. Souza (2007) exemplificando a questão de Salvador, diz que

[...] a falta de esgotamento sanitário permitia que detritos e esgotos domésticos fossem escoados de maneira inadequada, geralmente a céu aberto, contaminando o solo, as águas e os alimentos. Assim, o soteropolitano consumia água de procedência e qualidade duvidosas, bem como alimentos contaminados, o que contribuía para o alto índice de febres, verminoses e doenças disentéricas entre a população. (SOUZA, 2007, pág. 56).

Devido as condições dos centros urbanos, as doenças eram relacionadas à vida urbana. Isso gerou medidas como a vigilância sobre a fabricação de alimentos e a fundamental medida em relação ao saneamento urbano (SOUZA, 2007). O Brasil atravessou muitos problemas devido ao desenvolvimento no campo científico e tecnológico serem poucos, apesar da Revolução Industrial ter ocasionado mudanças significativas no campo tecnológico no país para a saúde brasileira. O país passou por um custoso processo de consciência dos direitos da sua cidadania (FUNASA, 2017), o que de acordo com a instituição, ocorreu devido a saúde preventiva no Brasil e as dificuldades institucionais enfrentadas pelo país por conta também do limitado desenvolvimento científico.

2.1 Resgate à memória de um passado recente: a pandemia de 2009 e o Brasil no tratamento do H1N1¹.

Nos primeiros anos de colonização se tem registro de gripes que afetaram os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo entre o início e final de 1550, com aumento nos séculos XVIII e XIX (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). A mais grave influenza, segundo Costa e Merchan-Hamann (2016) foi a

¹ Um subtipo do influenzavírus do tipo A. Combinação genética do vírus humano da gripe mais o vírus da gripe aviária e o vírus da gripe suína.

gripe espanhola, infectando mais da metade da população mundial. Estima-se ter deixado mais de 50 milhões de mortos. Os estudos realizados mostram o potencial de ocorrência de uma pandemia, como a de 2009, o H1n1. E a pandemia acaba tendo um destaque perante outras doenças que assolam a população. As pandemias são relativamente rápidas, com grandes surtos, deixando um rastro de mortes onde passa. Sobre a gripe, Costa e Merchan-Hamann (2016) dizem o seguinte:

A doença é antiga e o nome "influenza" teria origem diversa: ou em decorrência dos costumes antigos de se atribuir fenômenos físicos à influência astrológica; ou pela nomenclatura de *influenza del freddo* ou "influência do frio", na Itália, em 1504, na vigência de uma epidemia. Já o termo "gripe", que significa "fantasia súbita" ou "desafeição passageira", teria sido registrado em carta ao filósofo francês Voltaire, em 1743. Seja como *influenza* ou gripe, a doença inflige a humanidade desde a pré-história. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016, pág. 12).

O mundo contemporâneo traz muitas vantagens em relação a quase tudo. No entanto, para a disseminação de uma doença, a atualidade nos dá uma desvantagem que é a rápida propagação de um vírus. Foi nesse contexto que a H1n1 chegou ao Brasil. Sendo atingido o México e os Estados Unidos, a Organização Mundial da Saúde emitiu um alerta em 2005, anunciando as fases da pandemia em cada ano. Quando chegou na fase 6, que é de disseminação internacional, em Junho de 2009, já tínhamos 74 países com o vírus. Durou até Agosto de 2010, quando a OMS anunciou o fim da pandemia. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016). O país conseguiu enfrentar essa pandemia com menor impacto na sua população.

Houve resposta rápida para o tratamento sanitário. Houve o protocolo de notificação e investigação imediata e a criação do aplicativo Sinan, otimizando os registros referentes à gripe de H1n1, medidas sanitárias em portos, aeroportos e fronteiras. Grande disseminação de informações em todos os meios de comunicação e rápida produção da vacina em grande escala. Foram registradas 2.051 mortes e mais de 40 mil infectados, com taxa de morte de 1,1 para cada 100 mil habitantes. A concentração maior de óbitos foi em pessoas com mais de 50 anos com doenças crônicas, atingindo cerca de 75% as pessoas com doenças pré-existentes. (COSTA; MERCHAN-HAMANN, 2016).

O resultado registrado na memória depende das experiências vivenciadas por cada pessoa. No entanto, o que é feito para reduzir danos a população de um país em momentos de crise, deixa na memória um registro diferente. Conforme Panisset; Assis (2016), os arquivos demonstram o momento histórico vivenciado, e nos momentos de crise sanitária, na maneira como os governos de cada época lidou com a pandemia deixou marcado na memória da população a forma de enfrentamento da crise e os impactos sentidos diretamente por cada um e também nas formas operadas pelos governos em relação aos registros oficiais. O trauma vivido por alguns grupos pode ser tão forte que a história que é transmitida ao longo dos tempos é contada com um grande grau de identificação. (POLLAK, 1992).

2.2 Construção da memória no tempo presente: Covid - 19 e o negacionismo brasileiro

As eleições presidenciais de 2018 foram repletas de *fake news*², facilitando o caminho percorrido pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro. Sua

² Termo em inglês para se referir a mensagens falsas divulgadas, principalmente, pela internet.

principal notícia falsa e que o destacou como um candidato forte, foi o chamado “kit gay”³. Para Costa (2019), as *fake news* tiveram aumento com o desenvolvimento da internet, o que causou uma alta do “Efeito Dunning-Krueger”⁴ pelo mundo, com consequências sociais, políticas, econômicas e inclusive de saúde pública. Em uma entrevista realizada no dia 28 de Agosto de 2018, na época das eleições ao maior canal de tv aberta do país, a Globo, Bolsonaro mostrou ao vivo, um livro, modificando o sentido, para sustentar a mentira que propagava⁵. Essa e mais outras declarações deturpadas e anticiência o ajudaram a chegar ao maior cargo público do Brasil, derrotando o principal adversário, o candidato Luís Inácio Lula da Silva que, segundo as pesquisas, estava com 39% dos votos em Agosto de 2018⁶. Dois anos após a sua eleição, em 2020, em um momento em que o país enfrenta a pandemia da Covid-19, com registros oficiais de mais de 160 mil mortes⁷ até o momento desta escrita, a mesma emissora fez uma grande reportagem no programa jornalístico de maior audiência do domingo, em Agosto de 2020, esmiuçando as fake news, que tinham por trás o chamado “gabinete do ódio”, que ajudou o presidente se eleger com as falsas notícias.

Em Janeiro de 2020, estudantes brasileiros que estudavam em Wuhan na China, pediram socorro ao governo brasileiro devido à propagação do vírus com potencial pandêmico, o coronavírus. No entanto, o presidente não viu importância em trazê-los ao país naquele momento. Segundo a reportagem do G1⁸, “Pelo que parece, tem uma família na região onde o vírus está atuando”, afirmou o presidente em Brasília. “Não seria oportuno a gente tirar de lá, com todo o respeito. Pelo contrário, agora não vamos colocar em risco nós aqui por uma família apenas” (G1, 2020). Atitude incompatível com o cargo que ocupa. Após pressão popular, voltou atrás e trouxe os estudantes.

O Brasil vive uma instabilidade econômica e política causada pelo governo neoliberal do presidente. Conforme Braz e Costa (2020)

O atual governo brasileiro defende políticas econômicas, sociais e ambientais claramente de viés neoliberal, em meio a uma acentuada instabilidade política. Essa atuação já prejudicou muito o contexto pré-coronavírus, mas, curiosamente, se mantém em meio a pandemia. Com o aumento do desemprego e da pobreza, reformas que retiram direitos trabalhistas e de seguridade social são aprovadas, sem gerarem a expansão da economia. (BRAZ; COSTA, 2020, p. 12).

³ Vocábulo pejorativo utilizado pelo então Presidente Bolsonaro, na época candidato a eleição, para referir-se ao programa “Escola sem Homofobia”.

⁴ Comportamento em que as pessoas com pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto, creem saber mais que as pessoas com o saber técnico científico. Ver Costa (2019). *A escalada do efeito Dunning-Krueger na desconstrução do conhecimento científico*.

⁵ Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html Acesso em: 23 de Novembro de 2020

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso em: 05 de novembro de 2020

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/11/01/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-1o-de-novembro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em: 05 de novembro de 2020

⁸ Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/29/queremos-sair-do-perigo-antes-que-seja-tarde-desabafa-doutoranda-brasileira-em-wuhan.ghtml> Acesso em: 05 de setembro de 2020

O país passa de treze milhões de desempregados⁹. E a ineficiência das políticas públicas para resguardar a população, os trabalhadores autônomos e os pequenos empresários, colaborou no aumento do desemprego e no aumento da desigualdade social.

A pandemia não tem compaixão com as minorias sociais, tampouco o governo apresenta políticas e estratégias efetivas de combate a Covid-19. Nesse sentido, as políticas não têm se mostrado solidárias com a população periférica. Diante dessa situação de exclusão e de morte da população periférica, tem-se que pensar em projetos e pedagogias de luta contra o genocídio da população negra expresso nas políticas e retórica bolsonarista e contra toda e qualquer forma de repressão e dominação aos povos em posição de marginalidade.” (SOUSA; OLIVEIRA, 2020, p. 40).

A oposição ao presidente na Câmara, aprovou um projeto de auxílio emergencial no valor de seiscentos reais para as pessoas de baixa renda. A proposta que Bolsonaro e Paulo Guedes, Ministro da economia, quiseram liberar, seria no valor de duzentos reais. A oposição venceu e com o valor duas vezes maior que a proposta inicial do Presidente. Ele adotou para si o saldo positivo que o auxílio emergencial gerou, para assim aumentar a sua popularidade que estava caindo devido aos sucessivos escândalos de corrupção envolvendo sua família. Somada a essas questões, o Presidente adotou um tom pejorativo a se referir ao vírus pandêmico, usando uma linguagem preconceituosa e xenofóbica ao relacioná-lo a um país do continente asiático, referindo-se como “vírus chinês”. Para elucidar sobre a origem do vírus, a Fiocruz afirma que

Do ponto de vista da origem da transmissão, pesquisadores chineses identificaram que o novo vírus é originário de morcegos, assim como a maioria dos outros coronavírus. É sabido atualmente que houve o fenômeno de “transbordamento zoonótico”, comum à maioria dos vírus, que fez com que um coronavírus que acomete morcegos sofresse uma mutação e passasse a infectar humanos. As pesquisas nos permitem concluir que essa mutação foi um processo natural e não induzido pelo homem. (FIOCRUZ, 2020).

Já o nome “vírus chinês” chamado pelo presidente, os autores Sousa e Oliveira (2020) argumentam o seguinte

As afirmações de que o vírus é de origem chinesa representa uma disputa geopolítica entre o imperialismo Norte Americano e a China. Nesse limiar, o Brasil enquanto um país de capitalismo tardio e submisso aos imperativos do governo Norte Americano se insere na disputa geopolítica. A atitude do governo Bolsonaro ao empregar a expressão “vírus chinês” para se referir a Covid-19 é reveladora de seu posicionamento político estando submisso a política americana.” (SOUSA; OLIVEIRA, 2020, p. 40).

A nível de comparação, mais de cem anos após uma das maiores pandemias que foi a gripe espanhola, o Brasil vivencia fenômenos similares em relação a ineficiência das políticas públicas de saúde de combate ao vírus. O Sistema Único de Saúde, o SUS, luta para impedir a propagação de desinformação que tomou conta do país. O tipo de coronavírus que surgiu é uma doença nova, onde se manifesta novidades a cada instante sobre as consequências que podem causar no

⁹ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/desemprego-e-recorde-e-atinge-135-milhoes-de-brasileiros/> Acesso em: 06 de novembro de 2020

corpo humano. Não há remédio certo para o tratamento. No entanto, é inflado pelo Presidente e parlamentares que o apoiam, a propaganda de alguns remédios ineficientes em que o efeito colateral pode piorar o quadro da doença, levando o paciente a óbito, tais quais os inclusos no chamado “Kit covid”¹⁰, em que o Ministério da Saúde teria interesse em distribuir nas farmácias populares do país, ivermectina, hidroxicloroquina e azitromicina, com custo para o governo de setenta e cinco reais por paciente. O Ministério da Saúde distribuiu a cloroquina pelos postos e hospitais do país, ciente da rejeição dos cientistas ao medicamento por conta do alto risco de morte no seu uso.

Não é recomendado pelos especialistas por conta da sua ineficácia no tratamento contra a covid-19. Há uma sucessão de desrespeito ao órgãos Internacionais de saúde¹¹ e a própria nação. Sendo contra a quarentena, induziu a população ir às ruas pedir retorno do comércio. Houve vários protestos em apoio ao Presidente. Incentivou o não uso de máscaras, onde andou por diversas vezes na capital do país sem a máscara e apertando a mão de apoiadores nas ruas, desobedecendo às ordens de distanciamento social. A influência presidencial na população é inegável¹². Milhares de pessoas arriscando suas vidas confiando no representante maior, se auto medicam com um remédio não recomendado pelos cientistas e não seguem as recomendações dos órgãos internacionais de saúde.

O presidente usou as redes sociais, segundo reportagem da BBC (2020), para se isentar do caos no que concerne a pandemia de coronavírus, culpabilizando os governadores por qualquer problema ocorrido durante a crise sanitária. Contudo, na reportagem foi citada a Constituição, onde no Art. 23 “cuidar da saúde e assistência pública [...] é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (BBC ,2020).

A forma que o governo atual tenta evitar ser responsabilizado pelas atitudes da população, que nega a pandemia e não segue as recomendações dos órgãos de saúde, atinge de forma expressiva a saúde pública. As falsas informações propagadas pelo governo geram dificuldades no combate à doença. O que de acordo com o site MSF¹³, “Notícias falsas podem se espalhar mais rápido do que o próprio coronavírus e ser tão perigosas quanto ele. Muitas informações imprecisas geram pânico ou o afrouxamento das medidas de prevenção e prejudicam o combate à pandemia.”

As redes sociais são as maiores ferramentas da disseminação de informação na atualidade, lidamos diretamente com as consequências geradas na sociedade com o uso das redes na propagação de notícias falsas, já que o intuito da propagação dessas notícias é apenas de ser afirmada e não aprovada (TEIXEIRA *et al.*, 2018). O tema política se tornou um campo fértil para propagação de notícias falsas (DELMAZO; VALENTE, 2018). De acordo com os autores, esse problema ganhou notoriedade devido o poder de influenciar o sistema político. A consequência da propagação desse tipo de notícia leva a população a um consumo de ideias

¹⁰ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/ministerio-da-saude-quer-distribuir-kit-covid-com-medicamentos-sem-eficacia-comprovada/> Acesso em: 05 de novembro de 2020

¹¹ Ver em: <https://jc.ne10.uol.com.br/politica/2020/04/5605626-bolsonaro-contraria-orientacoes--da-novo-passeio-e-afirma--ninguem-vai-tolher-meu-direito-de-ir-e-vir.html> Acesso em: 05 de novembro de 2020

¹² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/19/bolsonaro-mascara-eficacia.htm> Acesso em: 06 de novembro de 2020

¹³ Ver: <https://www.msf.org.br/noticias/5-fake-news-relacionadas-covid-19> Acesso em: 06 de novembro de 2020

conservadoras e inculturais, sem fazê-las questionar os propósitos vigentes, impedindo-a de ter uma educação libertadora¹⁴. Para Sousa e Oliveira (2020),

Secularmente, a educação esteve condicionada a uma formação político-pedagógica elitista, excludente e com direcionamento pedagógico a uma epistemologia tradicional liberal. Esse tipo de pedagogia tem como propósito manter a ordem social, impossibilitar a reflexão sociológica e o despertar da consciência política e ecológica. (SOUSA; OLIVEIRA, 2020, pág. 36)

No momento em que o país vivencia uma pandemia, em que os canais do governo divulgam dados falsos e notícias distorcidas, que registros oficiais ficarão para a posterioridade? Diante de momentos históricos como esse, nossa memória arquiva o evento oficial como também a memória social, a que nossa relação social determina. Para Gondar (2005), a memória social não tem uma definição única. Ela traz quatro perspectivas acerca do conceito de memória social. A primeira explica que sua definição é polissêmica. Ela explica que considerar apenas o conceito polissêmico é muito arriscado pois corre o risco de tornar iguais as definições e práticas. A forma polissêmica de definir traz uma variedade de significados. Em relação à segunda proposição, ela argumenta que a memória social é transversal, onde tem ligações ético-político.

Nossa proposta não é neutra e nem pretende sê-lo. Tampouco são neutras aquelas que se apresentam como tal. **Os discursos que almejam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emite.** Pretendem, assim, tudo julgar sem correr o risco de serem também julgados. (GONDAR, 2005, p. 17, grifo nosso).

Isto é, não há isenção nas posições. Cada decisão tomada possui um ideal, um resultado que se espera com aquilo. Na terceira proposição, a autora define a Memória social como algo em construção, esclarece que para pensarmos dessa forma, temos que pensar nas construções sociais a partir do século XIX pois foi a partir dele que os homens perceberam que a memória é uma produção do meio, das suas relações sociais.

É apenas nesse período, bastante recente na história do pensamento, que os homens admitiram que a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sociais – e não a verdade do que se passou ou do que é. (GONDAR, 2005, p. 18).

Na quarta e última proposição defendida pela autora, verifica-se a forma vista da memória, trazendo um aspecto sentimental que a define: o afeto. A força da palavra remete as lembranças adquiridas durante a vida, fazendo parte de um processo no aspecto da memória. “Desse modo, se a memória é um processo, o que o deflagra são relações e afetos – em outros termos são jogos de força” (GONDAR, 2005, p. 25). Contudo, o obscurantismo que o país vivencia, é imaginável que os registros oficiais diminuirão o impacto da crise sanitária no Brasil, tratando-a com menor impacto, induzindo a população a crer que a crise política foi ocasionada pela pandemia, com o intuito de impactar diretamente na memória da população.

¹⁴ Uma filosofia desenvolvida pelo educador Paulo Freire que busca o desenvolvimento do aluno para além da grade curricular. Que se perceba como o ser político que é e desenvolva a criticidade.

O modo de produção capitalista emerge os problemas causados pelo próprio sistema. Para Cerqueira e Pinto (2020), o comportamento dos capitalistas deixa claro que para o grande capital o lucro vem na frente da vida. Isso provoca alterações em todos os setores da vida da população, inclusive na memória.

Como o enfrentamento da pandemia se dá sob a ótica do capital, alguns setores têm se beneficiado da pandemia, como as grandes indústrias farmacêuticas e de biotecnologia. Desta forma, se colocam também as grandes corporações do setor da educação, aproveitando-se da pandemia para lucrar com a venda de plataformas de ensino virtuais e trabalhando para implementação do ensino a distância em todos os níveis da Educação, num projeto que visa a maximização dos lucros em função da precarização do trabalho docente. Novamente, o recorte de classe fica claro e o abismo social se aprofunda em plena crise humanitária. (CERQUEIRA; PINTO, 2020, p. 40).

Grande será o impacto para as gerações futuras sobre a crise gerada na segunda década do século XXI. Nas pesquisas acadêmicas, por exemplo, se concentram produtores de maioria branca, que dialogam para seus pares, com um pensamento eurocêntrico e caucasiano, o que gera a preservação da sua própria história e distanciamento dos grupos minoritários e excluídos da sociedade.

Na Sociedade da Informação ainda se produz (in) diferenças em relação ao sujeito negro brasileiro. A fragilidade da Memória do grupo pode ter relação com fenômeno ambíguo e ambivalente da Sociedade da Informação, uma vez que na Sociedade da Informação as relações de poder entre brancos (as) e negros (as) se figuram, ainda que de forma silencioso, contudo, com mais força. (LIMA; SANTANA; OLIVEIRA, 2017, p. 4825).

A pandemia da Covid no Brasil demonstrou a desigualdade enfrentada pela população, principalmente pelo povo negro, que tem seus direitos suprimidos pelo racismo institucional e estrutural¹⁵. Para Goés, Ramos e Ferreira (2020), o racismo dita a forma de acesso aos itens básicos de cuidado.

[...] menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a ausência do Estado em seus territórios. A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e pouco avançou na superação do racismo. (GOÉS; RAMOS; FERREIRA, 2020).

De acordo com os autores, na população negra há prevalência de algumas doenças, a exemplo da hipertensão (44,2%) e diabetes (12,7%), o que somada a covid-19, gera um agravamento em relação a contaminação pelo vírus pois estão no grupo de risco. Essa parte da população se torna mais vulnerável pois o racismo condiciona a população negra a trabalhar durante a crise sanitária, no qual são maioria de trabalhadores em serviços informais e maioria nos trabalhos de servir, onde precisam se manter funcionando mesmo durante a pandemia. (GOÉS; RAMOS; FERREIRA, 2020). Para os autores, é preciso maior transparência com os dados para que

[...] incluam os marcadores de raça ou etnia nos dados referentes a todo o curso da doença, desde a testagem, hospitalizações e possíveis óbitos; mantenha uma rotina sistematizada e ágil de divulgação destes dados para a sociedade e ampliem a capacidade de testagem no país e o façam de

¹⁵ Racismo institucional é o preconceito por parte de instituição pública ou privada, que de forma indireta provoca o preconceito racial. O estrutural são práticas culturais que gera segregação racial.

forma diferencial em áreas de maior vulnerabilidade, como as pessoas privadas de liberdade, as populações que vivem e sobrevivem nas ruas e as comunidades quilombolas. (GOÉS; RAMOS; FERREIRA, 2020).

Os cidadãos têm direito à verdade. A memória faz parte do povo, é o seu bem público, faz parte da construção da identidade. (SANTANA; RODRIGUES, 2015). Em sua tese, Ansara (2005) afirma que os grupos sociais, com seus valores, têm um papel essencial na forma como as pessoas compreendem a sociedade e os acontecimentos políticos, desta maneira, na construção de uma consciência política. Para Pollak (1992), “[...] a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.” O autor ainda fala sobre os elementos da memória, que primeira parte são constituídos individualmente, já na segunda, os acontecimentos são chamados de “vividos por tabela”, no qual ele se refere aos que são vividos na coletividade. Para Rios (2013), no estudo sobre Halbwachs, a pessoa sozinha não é capaz de formar lembranças que se sustentem sem o testemunho de outros, mostrando a importância do coletivo na construção da memória.

A memória traz ideias e conhecimento ao povo. A negação da verdade é um método que anula o direito a própria história. São os fatores sociais, históricos, entre outros, que determinam o processo de formação da nossa memória. O direito à memória é um direito humano, direito à informação é um direito universal. Na constituição de 1988, Art. 216 diz o seguinte “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”. Apesar de ter proteção constitucional, a prática é diferente. O apagamento histórico e a dificuldade de uma parte da sociedade de ter acesso ao básico, é carregada de um viés cultural e ideológico. Na entrevista concedida ao Instituto Goethe, o pesquisador Márcio Silva expõe que

A história do Brasil é uma história de apagamento da violência, de não inscrição da violência. Existe a construção de uma história monumental, heroica, onde nossos grandes mitos pertencem às classes superiores. Isso vem desde o genocídio indígena, que começou em 1500, e está aí até hoje. E desde que a população africana veio para o Brasil para ser escravizada e até hoje tem uma situação de disparidade sócio-econômica. (GOETHE, 2016).

Para o pesquisador, o país não criou uma cultura da memória e compara as atitudes dos outros países da América do Sul que começaram a pensar com um olhar mais empático em relação as violências históricas para realizar uma mudança e que no Brasil é cultuado um discurso de não pensar sobre os problemas que o atingem, utilizando um pensamento, segundo o pesquisador, de “vamos olhar para frente”.

Esse fator impacta na memória da população negra, por exemplo, ao se pensar na pandemia da Covid, que a deixa vulnerável devido aos problemas estruturais e ao racismo para o enfrentamento de uma pandemia como a do coronavírus, o que provoca o aumento de óbitos da população negra decorrente do vírus, com a maioria de infectados pela doença.

Como os dados no Brasil não são coletados sistematicamente por raça/cor ou etnia, nem mesmo em nível da Atenção Básica à Saúde que possibilita a resolução de grande parte das necessidades de saúde da população

brasileira, os impactos do racismo na saúde podem ser difíceis de ser mensurados. (ABRASCO, 2020).

Nesse sentido, para Santos (2013, p. 213), “o mundo dado (o sensível) e a apreensão do mundo (o inteligível) são integrados, ou seja, apreender o mundo exige a junção entre o processo de realização concreta do ato situado (aqui e agora) e a organização do conteúdo do ato.” Se pensarmos o caráter de uma pandemia e o ato responsável de um arquivista para assegurar uma memória social, seu ato deixa de ser único, singular, irrepetível, que caracteriza o ato na existência de cada um, no seu valor, a partir do momento que seu sentido é obtido de um ponto de vista teórico (científico, acadêmico, por exemplo), pois, como afirma Santos (2013), o singular, de um modo ou de outro, reaparece sob a forma de indivíduo identificado pelo pertencimento a este ou àquele conjunto e chama o arquivista à sua responsabilidade sem álibi de sua função ética desenvolvida em um arquivo permanente em relação à memória social de uma sociedade, como veremos na próxima seção.

3 A MEMÓRIA SOCIAL PARA TEMPOS FUTUROS: UMA VISÃO ARQUIVÍSTICA

O Arquivo é um instrumento da memória, onde obtemos acesso aos registros, sejam eles de cunho administrativo, jurídico ou histórico. Um ambiente de guarda, que designa as direções a serem tomadas, baseadas nas documentações registradas, guardadas e preservadas (BELLOTTO, 2012). Para difundir a memória da sociedade, o arquivista adquire seu papel social nessa relação. O profissional não é apenas o guardião da memória, ele é o representante maior desse elo do documento, da memória e da sociedade. Através das técnicas, práticas e teorias, determina o que será passado para as próximas gerações. Um papel relevante no que concerne o destino, a lembrança e a identidade do povo. Fazendo exercer a cidadania através dos arquivos, democratizando o acesso à informação que é direito de todos.

A cidadania se caracteriza como um conjunto de direitos, sendo a informação entendida como um “direito-meio” da cidadania. Isto significa que ela não é um direito a ser obtido com um fim em si mesmo, mas sua existência é fundamental para a participação cidadã. Embora o direito à informação, por si só, não garanta o pleno exercício da cidadania, sem este direito não é possível conquistar, de forma plena, todos os demais. (MORIGI; VEIGA, 2007, p. 31)

As ações governamentais em curso perpassam pelo arquivo. O documento registra as ações oficiais, mas não servira de apoio aos debates públicos. Essa mediação do arquivo agora como auxiliar dos órgãos públicos, segundo Morigi e Veiga (2007), foi em consequência das mudanças em relação as fontes de informação.

Como um lugar de memória (NORA, 1993), o Arquivo enquanto instituição, realiza atividades decorrentes da produção documental, sendo responsável pela estrutura, ordem e confiabilidade da informação.

Os arquivos representam a atividade humana e social, são um reflexo de atividades que caracterizam momentos históricos, grupos sociais, atividades econômicas e uma infinidade de outros aspectos da sociedade. Isso acontece porque os documentos que os compõem vão além do caráter de

prova, pois eles também são o aparato para o reforço e a constituição da memória social. (PANISSET; ASSIS, 2016, pág. 84).

Não há neutralidade no profissional da informação. O Arquivista não é isento de ideologias e isso reflete na forma que desenvolve seu trabalho. Ele é o elo entre a sociedade e o documento, onde seus valores e os contextos sociais em que está inserido ditam a forma de ação que será usada no processo de preservação e difusão da memória (PANISSET; ASSIS, 2016). No contexto governamental, o governo usa do sigilo documental para encobrir ações desonestas, acreditando agirem melhor sem o conhecimento das ações pelo público e pela imprensa. (RODRIGUES, 1978). No governo atual houve alterações na Lei de acesso à informação, nº 12.527, para aumentar o grau de sigilo¹⁶ dos documentos solicitados via LAI.

Para Cook (2012), “O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo.” O criador não pode ser separado da sua obra, do que foi feito. Ele afirma que nada é neutro, cada ação tem um porquê, tudo é simbolizado, moldado. Não há uma única ideia descrita no documento, mas diversas narrativas.

Os arquivos foram criados pelo Estado, para o Estado. Onde a Arquivologia encontrou legitimidade nos modelos estatais (COOK, 2012). O Arquivo como instituição deixou de ser um ambiente apenas de guarda, mas um lugar de registro de ações, um meio de difusão do conhecimento e de informação. O que torna o arquivista responsável pelas etapas percorridas pelos documentos. É exigido tomadas de decisões que influem diretamente na memória social. É certo destacar que esta memória é um objeto de poder, de controle social, onde a memória escrita compreende esta luta existente pela soberania da memória. (LE GOFF, 1924).

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1924, p. 411).

A proteção e divulgação das ações registradas, de responsabilidade do profissional arquivista, nos permitem ter uma consciência sobre o nome do agente da informação, do dever que possui perante a sociedade no decorrer de suas práticas.

A forma interdisciplinar e multidisciplinar em que a Arquivologia está inserida nos dá o entendimento sobre a dimensão no tratamento informacional. Não é apenas otimizar para o acesso, mas garantir formas de acesso nos variados contextos em que a população está inserida. A memória resgata a identidade do povo, permite-lhe autonomia e auto estima. De acordo com Araújo e Santos (2007) “A nova historiografia dá voz àqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala.” Na conduta do arquivista, a forma encaminhada para salvaguardar os documentos históricos, de caráter permanente, percorre práticas desde a primeira ação no documento, através da avaliação e classificação, com um trabalho extremamente

¹⁶ Ver em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/governo-amplia-sigilo-de-documentos-solicitados-via-lei-de-acesso-a-informacao.ghtml> Acesso em: 05 de novembro de 2020

valioso, no qual o profissional precisa ter um grande saber cultural para determinar o valor do documento que passará pelas etapas das técnicas arquivísticas, onde será determinado o descarte ou guarda das documentações através das ações pela tabela de temporalidade. Essa é uma das etapas que percorre o documento. Após ser considerado de caráter histórico, a documentação precisa ser mantida em boas condições, considerando o fator preservação. A documentação a ser preservada não deve ser pensada apenas para servir o presente, mas o futuro, as próximas gerações e pesquisas que serão geradas a partir daquele documento, sendo um tratamento contínuo e de equipe, principalmente ao vivenciar um momento histórico com a pandemia da Covid-19, em que o arquivista tem um papel importante na preservação da memória, essa responsabilidade do profissional, gerou uma rede de apoio dos órgãos competentes. A necessidade de preservação da memória, motivou uma iniciativa da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos e outras organizações, criar uma declaração assinada por essas instituições, “Transformar a ameaça da Covid-19 em uma oportunidade para aumentar o patrimônio documental.” (APERS, 2020). De acordo com a pesquisadora Heymann (2020), no debate online do festival “Arquivo em cartaz”, os projetos são uma forma de resistência as narrativas negacionistas sobre a pandemia¹⁷.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa permitiu analisarmos a forma de tratamento de crises sanitárias em períodos diferentes da história no Brasil e o negacionismo da população inflada pelo governo atual.

Após cem anos de uma grande pandemia que foi a gripe espanhola, o Brasil mostra no presente o resultado em mortes da forma negligente em que foi tratada a crise sanitária do coronavírus. A covid-19 até o final dessa pesquisa, deixou mais de 160 mil mortes. Óbitos que poderiam ser evitados se tomada as atitudes corretas no início e decorrer da pandemia.

Nesse contexto, as informações expostas no levantamento do artigo, provoca uma inquietação sobre a forma lidada pelos governos com as crises e dentro desse cenário, o arquivista esbarra com certas limitações e muitas perguntas no desenvolvimento técnico de seu trabalho. Como o profissional pode garantir a aplicação dos seus conhecimentos em prol da memória social dentro da instituição no momento que o país vivencia uma pandemia? Que registros oficiais ficarão para a posterioridade pensando no obscurantismo que prejudica as ações acerca da memória? São perguntas que preocupam o profissional enquanto disseminador e preservador da informação, principalmente ao se deparar com todo um aparelho ideológico que é contrário a ciência. Basta apenas ao profissional o seu trabalho técnico para garantir o acesso dentro da instituição? Ao refletir sobre a memória social, o profissional da informação deverá buscar dentro do seu recurso limitado, assegurar o desenvolvimento do setor permanente para além do Arquivo, visto que é responsável pela memória, esta que influencia na história e identidade da população.

Acredita que o arquivista precisa exercer sua profissão com excelência e para isso estar atento às questões que envolvem ações que possibilitem o acesso à memória. Apesar das dificuldades enfrentadas, para ser competente, remete à necessidade de um profissional que sinta a responsabilidade social que necessita

¹⁷ Ver em: <https://www.facebook.com/arquivoemcartaz/videos/1064587130682844> Acesso em: 27 de novembro de 2020.

ter, da atuação na organização documental dentro dos princípios arquivísticos no intuito de prover o acesso à informação de forma eficaz, certificando o acesso da população ao documento.

No entanto, o papel social do arquivista não deve ficar apenas no Arquivo. Deve-se pensar nas formas de atingir a todos. As documentações são produzidas a todo instante. A história acontece agora. Essas produções geram uma mudança direta na vida de todos e a identidade da população, a sua cultura, vai sendo constituída ou apagada conforme o desenvolvimento dessas ações. Há uma enorme responsabilidade do profissional, principalmente nesse momento de crise sanitária, onde vivenciamos um aumento das produções de documentos de caráter histórico com as informações relevantes acerca da pandemia da covid-19. Preservar é resistir, visto que o apagamento histórico é real. O Arquivista não deve ficar alheio a essas questões. A sua conduta pessoal, a sua ideologia, irá influenciar diretamente nesse assunto. O seu olhar deve ser amplo e empático para lidar com as questões acerca das diferenças de acesso, buscando popularizar o alcance do arquivo por toda a sociedade, principalmente ao tratar da memória dos grupos socialmente excluídos.

Cada acontecimento tem seu registro, independente do suporte, para que a memória passada não seja apagada e os fatos ocorridos sirvam de exemplo para obter um resultado diferente frente ao mesmo problema. Contudo, o mesmo episódio acaba repetindo-se de uma maneira diferente, com resultados lamentáveis no presente. Será que a memória que vivenciamos trará esclarecimento e oportunidade de uma real mudança para impedir um acontecimento igual ao que experimentamos? Questão essa em que o arquivista não tem controle, mas possui o conhecimento e o estudo dos saberes arquivísticos para prover o acesso à informação às pessoas no presente e no futuro, assim permitindo que a difusão do conhecimento proporcione reflexão, consciência e mudança nas ações.

REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica. 2005. 406 f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

A PANDEMIA DE COVID-19 E OS ARQUIVOS: QUAL O NOSSO PAPEL? **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul, 27 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/a-pandemia-de-covid-19-e-os-arquivos-qual-nosso-papel>> Acesso em: 06 de novembro de 2020.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 79, p. 95-111, 2007.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais do arquivista. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 22, n. 44, p. 5-18, 2012.

BRASIL, Constituição (1988), Seção II da cultura, Art. 216. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 de Novembro de 2020.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul. 2012.

COSTA, Alessandro Moura. A ESCALADA DO EFEITO DUNNING-KRUEGER NA DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO. **Revista Artigos. Com**, v. 11, p. e2267, 2 dez. 2019.

COSTA, Ana Monteiro; BRÁZ, Cauê Assis. Economia capitalista neoliberal e pandemia covid-19: entendendo diferenças de embarcações. **Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Economias do Sul**, Rio Grande do Sul, p. 1-30, 2020.

COSTA, Ligia Maria Cantarino da; MERCHAN-HAMANN, Edgar. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 11-25, mar. 2016. Instituto Evandro Chagas. <http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000100002>.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA SAÚDE PÚBLICA. **Fundação Nacional de Saúde**, 07 de Agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2020.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L.. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 de Novembro. 2020.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2005. p. 7-89.

GOULART, Adriana da Costa.: Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 1, p. 101-142, jan./abr. 2005.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. 462 p.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da informação**, v. 27, n. 3, p. 01-10, 1998.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 05 de novembro de 2020.

LIMA, Izabel França de et al. Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MARTINS, P. Por que a covid-19 é mais mortal para a população negra?. **Abrasco**, 20 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/gtracismoesaude/2020/07/20/por-que-a-covid-19-e-mais-mortal-para-a-populacao-negra-artigo-de-edna-araujo-e-kia-caldwell/>. Acesso em: 29 de Setembro de 2020.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre. ESFERA PÚBLICA INFORMACIONAL: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 31-39, maio/ago. 2007.

MOTA, Camilla. 'Cobre seu governador' qual a responsabilidade do governo federal no combate à pandemia?. **BBC**, São Paulo, 06 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53244465>. Acesso em: 05 de Setembro de 2020.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; ASSIS, João Marcus Figueiredo. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10-11, p. 76-89, 2016.

PINTO, Marina Barbosa; CERQUEIRA, Augusto Santiago. Reflexões sobre a pandemia do covid-19 e o capitalismo. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUAL A ORIGEM DESSE NOVO CORONAVÍRUS? **Fiocruz**, 24 de Junho de 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/qual-origem-desse-novo-coronavirus>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2020.

'QUEREMOS SAIR DO PERIGO ANTES QUE SEJA TARDE', DESABafa DOUTORANDO BRASILEIRA EM WUHAN. **G1**, 29 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/29/queremos-sair-do-perigo-antes-que-seja-tarde-desabafa-doutoranda-brasileira-em-wuhan.ghtml>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2020.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.

RODRIGUES, José Honório. A liberdade de informação e pesquisa. In: BRASILEIROS, Associação dos Arquivistas. **Arquivo & administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Arq.&adm, 1978. p. 5-36.

SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente A. C.. Direito à memória e à verdade: trabalho, trabalhadores e seus arquivos. In: SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente A. C. (org.). **Direito à memória e à verdade**. São Paulo - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Central Única dos Trabalhadores, 2015. p. 6-94.

SANTOS, Eliete Correia dos. **Uma proposta dialógica de ensino de gêneros acadêmicos**: nas fronteiras do Projeto SESA. 418p. Tese (Doutorado) – Doutorado em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, 2013.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Notas sobre a institucionalização da arquivologia no Brasil (1958- 1978). In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sergio Conde de Albite (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino de arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile Editorial, 2012. p. 114-126.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 5, p. 187-192, 2000.

TEIXEIRA, Vitória Matheus et al. As fake news e suas consequências nocivas à sociedade. In: **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**. 2018.

SILVA, Alexandre Caetano da. **Recife, uma cidade doente**: a gripe espanhola no espaço urbano recifense (1918). 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A organização coletiva dos trabalhadores dos arquivos no Brasil da década de 1970. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 294-304, 28 abr. 2014.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória social e o fenômeno informacional arquivístico. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. 2007. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA JUNIOR, Arnóbio Rodrigues de; OLIVEIRA, Jaiane Araújo. O marxismo como ponto de partida para uma consciência política e ecológica em tempos de pandemia. **Boletim de Conjuntura**: Boca, Boa Vista, v. 2, n. 6, p. 37-42, 2020.

VILELA, Soraia. A história do Brasil é uma história de apagamento da violência. Goethe Institut, Dezembro de 2016. Disponível em:
<<https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/fok/cul/20880092.html> > Acesso em: 06 de novembro de 2020.